



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL E ESPANHA

Orientações para o Jornalismo na Galiza e no Norte de Portugal

Investigação e redação: Gisela Klein

Revisão: Carlos Camponez



Introdução

A eficácia da cobertura jornalística em contexto de incêndios não depende apenas da descrição do risco, mas também da forma como contribui para a compreensão pública das situações de emergência e das possíveis respostas.

O jornalismo pode ir além da descrição do perigo e combinar a urgência com orientação prática; traduzir a informação oficial em recomendações úteis; e indicar, de forma consistente, onde encontrar alertas fiáveis e quais as ações possíveis, eficazes e seguras.

Este manual apresenta as principais conclusões e orientações para a cobertura jornalística de incêndios florestais na Galiza e no norte de Portugal. As recomendações baseiam-se na análise qualitativa e quantitativa de 250 artigos noticiosos publicados pelos na edição do Porto do jornal Público (Portugal) e jornal La Voz de Galicia (Espanha), durante a época de incêndios de 2025.

O estudo articula a Teoria do Enquadramento (framing) e a Teoria da Motivação para a Proteção (Protection Motivation Theory – PMT) ao analisar a forma como os enquadramentos jornalísticos influenciam a perceção da ameaça e da capacidade de resposta do público em contextos de risco.

O objetivo consiste em traduzir os resultados do estudo empírico em recomendações editoriais que reforcem a capacidade das redações para produzir informação útil em contexto de crise e, dessa forma, contribuir, ainda que de forma indireta, para a melhoria da comunicação de risco. As sugestões que se seguem aplicam-se a diferentes formatos jornalísticos e às várias fases da cobertura de incêndios, classificadas em pré-crise, crise e pós-crise.

Embora desenvolvido a partir de um estudo comparativo entre as coberturas noticiosas em Portugal e na Galiza, o modelo comunicacional aqui apresentado é relevante para outras regiões com risco de incêndios florestais. A proposta aqui apresentada procura conciliar a informação jornalística de urgência, característica dos períodos de incêndio, com uma perspetiva de serviço público, assente na divulgação contínua de informação orientada para a prevenção, a mitigação e a adaptação das populações.

Comunicação de risco e Jornalismo

1. Combinar risco com eficácia da resposta

O jornalismo sobre incêndios florestais tende a desempenhar um papel relevante não apenas na exposição do risco, mas também na sua contextualização. As evidências sugerem que a comunicação de situações de elevada ameaça se torna mais útil quando é acompanhada por informações que ajudem a interpretar o risco, compreender as medidas de proteção recomendadas e identificar possíveis formas de resposta.

A cobertura dos incêndios pode integrar informações sobre medidas de proteção, comportamentos a evitar, fontes oficiais de atualização ou explicações sobre a relevância de determinadas recomendações. Quando a ênfase recai exclusivamente sobre o perigo, sem enquadramento adicional sobre as respostas possíveis por parte da população, a cobertura tende a privilegiar a exposição ao risco em detrimento da compreensão das formas de lidar com ele.

2. Priorizar o enquadramento orientado para a prevenção

Os estudos indicam que os enquadramentos noticiosos centrados na prevenção estão mais frequentemente associados à adoção de comportamentos de proteção. Neste sentido, a prevenção surge como uma dimensão relevante da cobertura dos incêndios florestais, para além dos períodos de maior emergência.

Temas como o planeamento da evacuação, a gestão do território, as medidas de autoproteção, a interpretação de alertas de emergência e a preparação das populações constituem exemplos de conteúdos que podem contribuir para uma compreensão mais ampla do fenómeno. Este tipo de cobertura tende a complementar a informação sobre a gravidade do risco, acrescentando contexto sobre as formas de o reduzir e gerir.

Comunicação de risco e Jornalismo

3. Usar recomendações como elemento editorial padrão

As recomendações de proteção são o principal indicador de capacidade de ação do público encontrado na investigação. O estudo revela que as notícias que incluem pelo menos uma recomendação tendem a aumentar a percepção de autoeficácia do público, isto é, a convicção de que é possível adotar comportamentos eficazes de proteção.

As recomendações devem ser específicas, viáveis e de acordo com cada circunstância. Conselhos genéricos como “tenha cuidado” ou “mantenha-se informado” são menos úteis do que orientações explícitas como, por exemplo, seguir ordens municipais de evacuação, acompanhar canais oficiais de proteção civil, preparar kits de medicamentos e de documentos, evitar o acesso a zonas afetadas ou reduzir a exposição ao fumo.

4. Limitar linguagem alarmista desnecessária

A cobertura alarmista sem recomendações associa-se repetidamente a padrões de comunicação que não favorecem a adoção de comportamentos de autoproteção. A intensidade emocional pode aumentar a atenção, mas não promove necessariamente comportamentos preventivos se não vier acompanhada de orientações sobre como agir.

Por isso, títulos, leads e atualizações em direto devem evitar dramatizações que amplifiquem o medo sem acrescentar informação útil para tomadas de decisão. As descrições fortes do perigo são justificadas quando sustentadas por factos e acompanhadas por orientações práticas e por informações públicas.

Comunicação de risco e Jornalismo

5. Traduzir a informação da fonte oficial em orientação pública

O estudo revela que não há uma relação significativa entre a predominância de fontes oficiais e o enquadramento de prevenção. Na prática, isto significa que a mera reprodução de declarações oficiais não é suficiente: os jornalistas devem interpretar, clarificar e organizar a informação de forma útil para o público.

Este papel de mediação é central para gerar a confiança no público. A confiança reforça-se quando o público recebe informação consistente, compreensível e útil para tomadas de decisão, que explicita o que as autoridades sabem, o que permanece incerto, o que os cidadãos devem fazer e onde podem encontrar novas atualizações.

Sugestões editoriais para a cobertura

Títulos e leads

As evidências empíricas encontradas na investigação indicam que é recomendável evitar títulos que enfatizem apenas a devastação ou o pânico, sobretudo quando a notícia contém informação de serviço público. Nestes casos, é importante que a informação relevante esteja claramente acessível e seja de fácil leitura e localização.

Os títulos podem procurar equilibrar a dimensão da urgência com elementos que ajudem à compreensão do que está em causa e das suas possíveis implicações. No contexto dos incêndios florestais, um título eficaz tende a situar o perigo e a sua relevância para diferentes públicos, enquanto o lead pode acrescentar pistas sobre impactos prováveis ou contextos relevantes para residentes, viajantes ou populações próximas. Nesta lógica, surgem combinações recorrentes como “risco e evolução do incêndio”, “nível de alerta e áreas afetadas” ou “impacto e recomendações gerais”, que ajudam a articular a informação sem depender exclusivamente de formulações centradas na dramatização.



Estrutura da história

O primeiro terço da notícia pode, em muitos casos, concentrar-se em responder a quatro dimensões essenciais: o que está a acontecer, quem pode ser afetado, que recomendações ou orientações estão a ser comunicadas pelas autoridades e onde consultar atualizações oficiais. Esta organização tende a facilitar a leitura em contextos de maior pressão informativa.

As secções seguintes podem desenvolver outros elementos relevantes para a compreensão do acontecimento, como possíveis causas, risco territorial, condições meteorológicas, enquadramentos de responsabilidade, impactos ambientais e consequências sociais. Ainda assim, em termos de hierarquização editorial, a informação prática beneficia, em geral, de não ser relegada para segundo plano face a enquadramentos de conflito ou a reações políticas que possam surgir após o evento.



Sugestões editoriais para a cobertura



Fontes

A informação factual, os alertas, a descrição do comportamento do fogo e as medidas operacionais tendem a basear-se prioritariamente em fontes oficiais, especializadas e periciais. Em paralelo, a inclusão de perspetivas das populações afetadas pode acrescentar contexto sobre a situação, desde que contribua para uma compreensão mais completa do evento. Nesta abordagem, a população aparece não apenas como vítima mas também como parte da solução dos problemas.

Em paralelo, recomenda-se alguma cautela na valorização de narrativas de “cidadão-herói”, uma vez que podem simplificar a realidade e obscurecer responsabilidades institucionais ou enquadrar de forma inadequada ações não coordenadas.

Tom e linguagem

Uma linguagem clara, direta e precisa tende a facilitar a compreensão da informação em contextos de incêndios florestais. A explicação de termos técnicos, a distinção entre factos verificados, previsões e incertezas e a utilização de metáforas não sensacionalistas contribuem, em geral, para uma comunicação mais acessível. Neste âmbito, a utilização de expressões de natureza bélica como “combate ao fogo” ou “batalha contra as chamas” surge frequentemente associada a efeitos de dramatização, sendo por isso relevante ponderar o seu uso, exceto quando devidamente contextualizadas ou atribuídas em citação.

Em muitos casos, um tom mais explicativo pode contribuir para uma melhor compreensão das medidas de controlo, das restrições e dos comportamentos de autoproteção. Esse registo não implica necessariamente minimizar o risco, mas sim procurar reduzir ambiguidades e tornar a informação mais clara e diretamente utilizável pelo público.



Sugestões editoriais para a cobertura



Apresentação visual e digital

Na cobertura de incêndios florestais, é frequente o recurso a mapas, *checklists*, *links* para instituições oficiais que emitem alertas, informação geolocalizada e a organização do conteúdo em módulos. Em ambientes digitais, este tipo de estrutura tende a facilitar uma leitura mais rápida e fácil de percorrer visualmente, sobretudo quando há necessidade de acompanhar atualizações em tempo real.

As imagens e os vídeos cumprem, em geral, uma função informativa, para além do impacto emocional. Em alguns casos, opções visuais que dão grande destaque a chamas, destruição ou sofrimento, sem contextualização, podem contribuir para aumentar a perceção de risco e incerteza, sem necessariamente acrescentar elementos que ajudem o público a agir ou a compreender melhor a situação.

Orientações sobre enquadramentos

Enquadramento de catástrofe

Este enquadramento é usado sobretudo em situações de maior gravidade, podendo ser eficaz na comunicação de risco quando combinado com outras abordagens e não aplicado de forma isolada.

Quando a informação inclui elementos práticos imediatos — como rotas de evacuação, abrigos, cortes de estradas, medidas de proteção ou canais oficiais de atualização — estes tendem a ganhar relevância na cobertura, contribuindo para o apoio às tomadas de decisão do público.

Enquadramento de prevenção

As medidas de prevenção de incêndios podem ser tratadas em diferentes momentos do ciclo noticioso — antes, durante e após a ocorrência dos eventos. Este enquadramento tende a incluir explicações sobre como se reduz o risco, por que razão a preparação é relevante e que tipos de ações podem ser adotadas por famílias, comunidades e instituições em diferentes fases da situação.

Em termos de prática editorial, a prevenção surge muitas vezes associada a formatos de serviço público, que ajudam a manter este tema presente para lá dos períodos dos fogos florestais.

Enquadramento de resposta

Este enquadramento centra-se na explicação das ações em curso por parte dos serviços de emergência, nas limitações operacionais existentes e nas alterações relevantes para o público. É particularmente útil quando clarifica prazos, restrições de acesso, níveis de alerta e a continuidade de serviços locais.

Quando utilizado, este tipo de cobertura pode contribuir para uma informação mais orientada para a ação, ajudando a enquadrar a evolução da resposta institucional e as implicações práticas para a população.

Enquadramento técnico-científico

A informação técnico-científica deve ser traduzida numa linguagem acessível ao público em geral, permitindo a compreensão de fenómenos complexos como extremos meteorológicos, condições de ignição, topografia, exposição ao fumo e dinâmica de propagação do fogo. Estes elementos beneficiam de explicação clara, de modo a facilitar a leitura do risco e dos seus possíveis impactos.

O conhecimento científico tende a ser mais útil quando não surge apenas como comentário posterior aos acontecimentos, mas quando é integrado na explicação de alertas e na interpretação das condições de risco, contribuindo para uma melhor compreensão das situações de emergência.

Orientações sobre enquadramentos

Enquadramento de pós-incêndio e reconstrução

Este enquadramento tende a surgir na fase posterior ao controlo dos incêndios. Inclui frequentemente informação sobre apoio às populações afetadas, impactos na saúde, reabilitação ecológica, apoio psicossocial, processos de reconstrução e iniciativas associadas à preparação para eventos futuros.

Em termos de prática jornalística, este tipo de cobertura pode contribuir para ampliar o foco para além da ocorrência imediata, incorporando também os processos de adaptação que seguem-se às situações de emergência. Em contextos onde a atenção mediática aos incêndios é frequentemente sazonal, esta abordagem ajuda a dar visibilidade às dinâmicas de médio e longo prazo associadas à resiliência das comunidades e dos territórios.

Enquadramento de responsabilidade e conflito

A cobertura de responsabilização — enquanto enquadramento noticioso centrado na atribuição de causas e responsabilidades por um evento — surge com frequência em contextos catastróficos. Nestes casos, pode coexistir com outros enquadramentos, como o de resposta, ainda que desempenhem funções distintas na construção da notícia.

Quando este enquadramento é mobilizado, a informação de serviço público — como orientações de evacuação ou medidas de segurança — tende a beneficiar de uma apresentação claramente distinguível dos conteúdos centrados em conflito ou na atribuição de responsabilidades. Esta distinção facilita o acesso do público às informações práticas em contextos de maior incerteza.

Guia de verificação para redações



As notícias sobre incêndios florestais tendem a responder a um conjunto de questões-chave, entre as quais:

- O que está a acontecer, onde e com que nível de gravidade?
- Quem é afetado ou potencialmente exposto?
- O que é que as autoridades ou os serviços de emergência estão a pedir ao público que faça?
- As ações recomendadas pelas autoridades são específicas e exequíveis para o público em geral?
- A notícia identifica os canais oficiais de alerta e atualização?
- O texto explicita o que se sabe, o que permanece incerto e quando se prevê a próxima atualização?
- A notícia evita linguagem alarmista desnecessariamente?
- A informação sobre o que o público deve fazer surge no início da notícia, de forma a ser rapidamente compreendida em contextos de crise?

Recomendações práticas para redações



Para jornalistas

- Identificar o risco e, em seguida, apontar a ação com base nas informações das autoridades responsáveis.
- Incluir pelo menos uma recomendação explícita ao público em cada notícia de elevada ameaça ou risco.
- Traduzir informação técnica e oficial para linguagem simples.
- Distinguir instruções imediatas de informação contextual.
- Evitar enquadramentos que apresentem o público apenas como vítimas passivas ou heróis improvisados.

Para editores

- Incluir, sempre que possível, um elemento que indique “o que fazer agora”, de forma a integrar informação prática.
- Priorizar informação de serviço em relação a reações políticas secundárias.
- Utilizar formatos de prevenção e explicação fora dos picos de emergência.
- Uniformizar normas editoriais para linguagem de alerta, incerteza e referências a avisos oficiais verificados.
- Rever títulos e elementos visuais para evitar dramatização desnecessária.

Recomendações práticas para redações



Para chefias de redação e organizações mediáticas

- Desenvolver protocolos de cobertura de incêndios.
- No caso de não existir, criar listas de contactos: proteção civil, bombeiros, gestão florestal, autoridades locais e especialistas em incêndios e saúde.
- Planear a cobertura regional, considerando limitações de pessoal, equipamentos e distribuição das equipas para assegurar uma resposta mais consistente em situações de maior pressão informativa.
- Investir em modelos de comunicação de alerta, mapas e módulos de serviço público adaptados a formatos móveis.
- O jornalismo já desempenha, na prática, um papel de comunicação de crise ao cobrir incêndios florestais e outros acontecimentos de desastre. Quando essa cobertura integra, sempre que possível, informação de prevenção e mitigação, passa a articular-se de forma mais direta com o ecossistema mais amplo de comunicação de risco, em conjunto com outras fontes e atores.

Contributo para a comunicação de alerta na Europa

Os resultados da investigação apontam para um modelo em que os meios de comunicação não funcionam apenas como canais de transmissão de informação em contexto de crise, mas também como mediadores que ajudam a tornar os alertas mais compreensíveis e úteis para o público. Neste enquadramento, o valor do jornalismo não se limita a descrever o risco: inclui também a forma como a informação é recolhida, tratada e difundida de modo a melhorar a compreensão pública, reforçar a confiança nas mensagens emitidas e facilitar a interpretação dos alertas em situações em que podem ser necessárias decisões rápidas de proteção.

Esta perspetiva está alinhada com os objetivos das redes europeias de comunicação de risco e de alerta, ao promover a circulação de informações mais claras e partilhadas entre países e instituições que lidam com incêndios florestais. Em contextos como Portugal e Espanha, onde este risco é recorrente e estrutural, o contributo do jornalismo ganha particular relevância quando a cobertura articula a informação disponível com a compreensão das medidas de prevenção e das possíveis respostas por parte do público.

Orientação final

Um jornalismo sobre incêndios florestais não deve avaliar apenas se uma notícia capta a dimensão do perigo, mas também em que medida ajuda o público a compreender o significado desse risco, a identificar fontes fiáveis de informação e a perceber possíveis formas de resposta e proteção. A evidência empírica deste estudo sugere que esta mudança — de uma cobertura centrada sobretudo na exposição ao risco para uma informação que articula risco e capacidade de resposta — constitui um caminho consistente para uma comunicação mais útil em contextos de emergência, favorecendo uma melhor compreensão das situações e das opções disponíveis para o público.

Informação sobre o estudo

Os elementos constitutivos desta investigação — nomeadamente o modelo analítico, os procedimentos estatísticos utilizados para testar as hipóteses e a base de dados — encontram-se disponíveis num site de acesso aberto (<https://labgira.com/alerthub/>). Nesse mesmo espaço, é igualmente possível consultar os gráficos com todos os resultados do estudo. Esta disponibilização visa promover a transparência e o acesso não apenas aos resultados, mas também às etapas anteriores do processo de investigação.

Referências

- Agrawal, S., Ambury, H., Parida, D., & Joshi, N. (2022). Understanding risk communication in practice: Insights from municipalities in Alberta, Canada. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 79. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2022.103175>
- Aminpour, P., Helgeson, J. F., & Ferraro, P. J. (2022). The choice of message and messenger to drive behavior change that averts the health impacts of wildfires: an online randomized controlled experiment. *BMC Public Health*, 22(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14801-6>
- Balbé, A. D., & Loose, E. B. (2020). Jornalismo, medo e alterações climáticas: articulações possíveis para pensar o enfrentamento dos riscos climáticos. *Observatorio (OBS*) Journal*, 14(2), 38–55. http://sciencepolicy.colorado.edu/media_coverage.
- Bartsch, A., Bürgel, C., Frey, F., Kretzschmar, S., & Wassink, V. (2026). Personal Testimonials and Empathy in Environmental Risk Communication—Their Effects on Reflective Thoughts, Risk Perception, and Behavioral Intentions. *International Journal of Communication*, 20, 744–767. <https://doi.org/10.65476/14ysga13>
- Bjørkheim, S., & Sætrevik, B. (2022). Manipulating risk of infection and appeal to public benefit increase compliance with infection control measures in a hypothetical pandemic scenario. *PLoS ONE*, 17(11 November). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0274024>
- Boykoff, M. T. (2011). *Who Speaks for the Climate? Making Sense of Media Reporting on Climate Change*. Cambridge University Press.
- Calvani, S., Foderi, C., Paoloni, R., Frassinelli, N., Neri, F., & Marchi, E. (2026). Media trends and public interest in wildfires in Tuscany, Italy. *Geographical Research*, 64(1). <https://doi.org/10.1111/1745-5871.70040>
- Carvalho, A. (2011). *As alterações climáticas, os media e os cidadãos* (1st ed.). Grácio Editor. www.ruigracio.com
- Castelló, E. (2024). The Mediatization of the Resilience Frame: A New Understanding of Wildfires in the Spanish Mainstream Media (2017–2021). In J. Rodrigo-Comino & L. Salvati (Eds.), *Fire Hazards: Socio-economic and Regional Issues* (pp. 137–151). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-50446-4>
- Chas-Amil, M. L., García-Martínez, E., & Touza, J. (2020). Iberian Peninsula October 2017 wildfires: Burned area and population exposure in Galicia (NW of Spain). *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 48. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.101623>
- Chas-Amil, M. L., Nogueira-Moure, E., Prestemon, J. P., & Touza, J. (2022). Spatial patterns of social vulnerability in relation to wildfire risk and wildland-urban interface presence. *Landscape and Urban Planning*, 228. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2022.104577>
- Das, M., & Ramalingam, M. (2023). To praise or not to praise- Role of word of mouth in food delivery apps. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 74. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2023.103408>
- Druckman, J. N., & McDermott, R. (2008). Emotion and the framing of risky choice. *Political Behavior*, 30(3), 297–321. <https://doi.org/10.1007/s11109-008-9056-y>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4).

- Figueiredo, E., Ribeiro, C., & Fernandes, M. E. (2024). "Not Even Hell Must Look like This"—Print Media Narratives about the October 2017 Wildfires in Portuguese Public-Managed Forests. *Fire*, 7(7). <https://doi.org/10.3390/fire7070236>
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. In *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Henrich, L., McClure, J., & Crozier, M. (2015). Effects of risk framing on earthquake risk perception: Life-time frequencies enhance recognition of the risk. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 13, 145–150. <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2015.05.003>
- Huangfu, G. (2014). The influence of social cues on framing effect. *Social Behavior and Personality*, 42(3), 371–378. <https://doi.org/10.2224/sbp.2014.42.3.371>
- Li, R., Li, Y. N., Wei, J., & Yao, W. (2023). How goal-framing of risk-coping slogans impacts protective behavior: an experimental study. *Journal of Data, Information and Management*, 5(3), 115–124. <https://doi.org/10.1007/s42488-023-00097-7>
- Loureiro, M. L., Alló, M., & Coello, P. (2022). Hot in Twitter: Assessing the emotional impacts of wildfires with sentiment analysis. *Ecological Economics*, 200. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2022.107502>
- Miller, D., & Sardais, C. (2013). How our Frames Direct Us: A Poker Experiment. *Organization Studies*, 34(9), 1381–1405. <https://doi.org/10.1177/0170840612470231>
- Nilsson, S., & Enander, A. (2020). "Damned if you do, damned if you don't": Media frames of responsibility and accountability in handling a wildfire. *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 28(1), 69–82. <https://doi.org/10.1111/1468-5973.12284>
- Nisbet, M. (2009). Communicating climate change: Why frames matter for public engagement. *Environment*, 51(2), 12–23. <https://doi.org/10.3200/ENVT.51.2.12-23>
- Oliveira, R., Oliveira, S., Zêzere, J. L., & Viegas, D. X. (2020). Uncovering the perception regarding wildfires of residents with different characteristics. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 43. <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2019.101370>
- Psathas, G. (2014). Goffman and Schutz on Multiple Realities. In *Schutzian Phenomenology and Hermeneutic Traditions* (Vol. 68, pp. 201–221). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6034-9_13
- Rodríguez Fernández-Blanco, C., Górriz-Mifsud, E., Prokofieva, I., Muys, B., & Novoa, C. P. (2022). Blazing the trail: Social innovation supporting wildfire-resilient territories in Catalonia (Spain). *Forest Policy and Economics*, 138. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2022.102719>
- Rodríguez-Teijeiro, A., & Román-Masedo, L. (2023). The Role of Media in Risk Management Processes—Analysis of the News Coverage of the Forest Fires in Spain. *Social Sciences*, 12(12). <https://doi.org/10.3390/socsci12120688>
- Rogers, R. W. (1975). A Protection Motivation Theory of Fear Appeals and Attitude Change¹. *The Journal of Psychology*, 91(1), 93–114. <https://doi.org/10.1080/00223980.1975.9915803>
- Santín, C., Moustakas, A., & Doerr, S. H. (2023). Searching the flames: Trends in global and regional public interest in wildfires. *Environmental Science and Policy*, 146, 151–161. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2023.05.008>

Slavik, C. E., Chapman, D. A., Cohen, A. S., Bendefaa, N., & Peters, E. (2024). Clearing the air: evaluating institutions' social media health messaging on wildfire and smoke risks in the US Pacific Northwest. *BMC Public Health*, 24(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-024-17907-1>

Sousa, J. C. (2024). Anatomia de uma Catástrofe Mediática: Pedrogão Grande e a política da invisibilidade. *Estudos Em Comunicacao*, 2(39), 44–59. <https://doi.org/10.25768/1646-4974n39v2a03>

van der Linden, S. (2015). The social-psychological determinants of climate change risk perceptions: Towards a comprehensive model. *Journal of Environmental Psychology*, 41, 112–124. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.11.012>

Wiedemann, P. M., Kirsch, F., Lohmann, M., Böhl, G. F., & Freudenstein, F. (2022). Effects of as-if risk framing of hazards on risk perception and its rebuttal. *Regulatory Toxicology and Pharmacology*, 136. <https://doi.org/10.1016/j.yrtph.2022.105282>



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL E ESPANHA

Orientações para o Jornalismo na Galiza e no Norte de Portugal

Website da investigação
<https://labgira.com/alerthub/>

Esta publicação baseia-se no trabalho da **Ação COST AlertHub**, apoiada pela COST (Cooperação Europeia em Ciência e Tecnologia).

A COST é uma organização de apoio a redes de investigação e inovação. As suas ações articulam iniciativas de investigação em toda a Europa e além dela, permitindo que cientistas desenvolvam e partilhem ideias com os seus pares, o que reforça a investigação, as carreiras científicas e a inovação.

<https://www.cost.eu/>



**Funded by the
European Union**

